

## **A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital**

Maria Goreti Juvencio Sobrinho<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente artigo aborda a inserção internacional do Brasil a partir dos anos 1990, tendo como eixo analítico a legalidade da mundialização do capital, as ofensivas contra o trabalho a partir da crise estrutural dos anos setenta, o caráter subordinado do capitalismo latino-americano e as opções, historicamente feitas, das frações burguesas no Brasil. Sugere-se que a inserção internacional do país consolidou os pilares nevrálgicos do capitalismo brasileiro – a incompletude, a subsunção externa, a autocracia burguesa e a superexploração da sua força de trabalho.

**Palavras-chave:** Mundialização do capital; capitalismo brasileiro; subordinação; superexploração da força de trabalho.

### ***The subordinate insertion of Brazilian capitalism into the globalization of capital***

### **Abstract:**

The present article deals with the international insertion of Brazil from the nineties, and its analytical axis is the legality of the globalization of capital, the subordinate character of Brazilian capitalism and the historically made options of its bourgeois fractions. It is suggested that the international insertion of the country consolidated the critical points of Brazilian capitalism: incompleteness, external subsumption, bourgeois autocracy and overexploitation of its workforce.

**Key words:** Capital globalization; Brazilian capitalism; subordination; overexploitation of the workforce.

Transcorridas quase três décadas da inserção do capitalismo brasileiro na mundialização do capital - que, por sua vez, repousa em novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, em dinâmicas distintas de suas etapas anteriores, assim como em contradições que lhe são inerentes -, é oportuno perguntarmos o que efetivamente mudou na realidade brasileira, sobretudo em face das ofensivas do capital contra o

---

<sup>1</sup> Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: mgjsobrinho@gmail.com.

trabalho que só reforçam a urgência – teórica e prática – de apreensão dos desafios e alternativas atuais, na perspectiva do trabalho.

Este texto tece algumas aproximações sobre as condições histórico-objetivas em que ocorre a inserção internacional do Brasil – as condições postas pela mundialização do capital e as condições específicas da realidade brasileira – assim como sobre as transformações daí decorrentes na economia brasileira.

## **Mundialização e crise estrutural do capital**

Em meados do século XIX, Marx compreendeu criticamente o fenômeno da mundialização como tendência inexorável do capital (relação social), cujos limites e contradições, na ausência de uma alternativa ao próprio poder do capital, só poderiam se desenvolver em escala igualmente global. Todavia, se a globalização em curso é uma tendência intrínseca à lógica da sociabilidade burguesa, detectada e criticada por aquele pensador há mais de um século, a sua aceleração – facilitada pela *débâcle* do chamado socialismo real – e as transformações subjacentes nas últimas décadas parecem indicar algo mais que o simples travejamento de uma etapa desse sistema. Como assinalou Mészáros, a globalização em curso expressa a *consumação da ascensão histórica* do capital, que põe em relevo a incontornabilidade do sistema e os limites próprios da expansão e realização do capital, determinados pela “tríplice contradição” entre *produção e controle* (que é alienado dos produtores), *produção e consumo*, *produção e circulação*, (MÉSZÁROS, 2002, p. 111). Nesse sentido, a crise, que se instaurou a partir dos anos 1970, assumiu feições qualitativamente novas e ameaçadoras para a sobrevivência da humanidade, já que, em contraste com as crises conjunturais do passado, tornou-se estrutural. Não por outra razão, assiste-se, hoje, ao recrudescimento do caráter destrutivo da ordem sociometabólica do capital, à dissipação cada vez maior de recursos naturais e humanos, à expansão global do desemprego (estrutural), à crise do estado, a ações cada vez mais ofensivas das potências mundiais, especialmente dos Estados Unidos, à destruição das conquistas da classe trabalhadora e à intensificação da taxa de exploração (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1.006-8). Durante o período de expansão do capital do pós-guerra, a classe trabalhadora dos países avançados pôde se beneficiar das taxas diferenciais de exploração, isto é, as suas condições de vida, de salário e de trabalho eram muito superiores às da classe trabalhadora dos países da periferia, que, por sua vez, asseguravam aos países avançados “escoadouros irrestritos para a exportação de capital” e níveis extraordinários de superlucros (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.074), graças à

margem mais elevada de exploração exercida sobre a sua força de trabalho. Mas, ao findar aquele longo período de expansão e de altos níveis de lucros (nos países centrais), e mergulhar o capital em sua crise estrutural – esta devida, justamente, “à magnitude de recursos humanos e materiais ativados” anteriormente pelo capital – este já não pode mais deslocar as suas contradições, uma vez que os seus “constituintes destrutivos avançam com força extrema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100): as contradições inerentes à lei tendencial da taxa de utilização decrescente, que tende a zero, a lei tendencial de *equalização* das taxas diferenciais de exploração do desenvolvimento do capital mundial, entre outros. Dessa forma, em contraste com “a fase histórica das concessões expansionistas do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 844), o desemprego estrutural<sup>2</sup>, o rebaixamento salarial e a deterioração das condições de vida passaram a assolar, também, a classe trabalhadora dos países avançados (MÉSZÁROS, 2002, pp. 224-6).

Marini (2000b) também sugere uma tendência global de aprofundamento da exploração da força de trabalho. O autor discorre sobre as condições históricas que desencadearam o processo de globalização capitalista a partir dos anos 1980, nas quais tiveram lugar, entre outros, os limites advindos da expansão da industrialização das economias latino-americanas, que as empurraram para crise, e o recrudescimento do protecionismo nos países centrais ao final dos anos sessenta. Este bloqueio à circulação internacional de mercadorias e de capitais, em contraste com o patamar de superprodução alcançado, empurrou ainda mais para baixo as taxas de lucro, que, por sua vez, levou à crise de superprodução que se instaurou nos países centrais a partir dos anos 1970. Esta crise – que encerra os chamados 25 anos gloriosos de expansão ininterrupta do capital do pós-guerra – gerou uma onda brutal de centralização de capitais, assim como de acordos tecnológicos, visando o aperfeiçoamento das condições de competitividade num quadro de queda da taxa de lucros e, pois, de acirramento da concorrência internacional. Resultou daí uma nova revolução tecnológica<sup>3</sup>, que marcou o padrão dos investimentos produtivos retomados nas principais economias industrializadas ao final dos anos 1970. Esse novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas caracteriza-se pela forte incidência do conhecimento no processo produtivo e tende a aprofundar a hierarquia existente nos mercados de mão de obra, em termos de saber e capacidade técnica.

<sup>2</sup> O novo padrão de desemprego atinge todas as categorias de trabalhadores, qualificados e não qualificados, tanto no capitalismo avançado quanto na periferia do sistema (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1.004-7).

<sup>3</sup> Nos ramos da microeletrônica e de informática, telecomunicações, biotecnologia, novos materiais, energia e indústria aeroespacial.

Ainda segundo Marini, a classe trabalhadora dos países avançados tendia a estar submetida a formas de superexploração de sua força de trabalho. Para impor o novo padrão de desenvolvimento, que associa crescimento e expansão do desemprego, que chega a taxas de crescimento inauditas nos países centrais, foi necessário quebrar, especialmente a partir do final da década de 1970, a resistência do movimento operário<sup>4</sup> e submeter a classe trabalhadora aos mecanismos de terceirização e flexibilização do trabalho, que impõem regimes mais severos em termos de intensidade e jornada de trabalho, assim como de salários, que tendem, segundo Marini, a ser estipulados globalmente abaixo do valor real da força de trabalho. O autor procura validar essa tese na própria dinâmica da difusão mundial da indústria.

A partir da década de 1980, assistiu-se a um crescimento do comércio mundial, sobretudo intrafirmas (especialmente nos setores de informática e automotivo), graças à moderna tecnologia, que facultou à produção de peças e componentes um alto grau de standardização. As empresas, atualmente, têm mais dificuldades de deter, por muito tempo, o monopólio tecnológico, já que a utilização de procedimentos para maximizar os seus lucros (a redução de custos com a circulação – a exemplo do *just in time* – e a descentralização produtiva – terceirização) também obriga a difusão tecnológica. Essa nova forma de produção e de intercambiabilidade das mercadorias tende, segundo Marini, a “homogeneizar os processos produtivos e a igualar a produtividade do trabalho e, por conseguinte, sua intensidade” (MARINI, 2000b, p. 289). Aditando-se a isso o avanço do sistema de informações e comunicação, que oferece condições mais apropriadas que antes para conhecer as condições de produção e, com efeito, para estabelecer os preços relativos, estaríamos ingressando numa fase em que o mercado mundial, ao menos nos seus ramos produtivos mais integrados, chega à sua maturidade tendendo a nivelar cada vez mais os valores e “a suprimir as diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor” (MARINI, 2000b, p. 290).

Intensifica-se ainda mais a concorrência internacional e, com efeito, a busca por lucros extraordinários. Esta se depara, no entanto, com aquela tendência “ao pleno restabelecimento da lei do valor” (MARINI, 2000b, p. 285), o que faz aumentar a importância do trabalhador “como fonte de lucros extraordinários”. Assim, uma vez que, para o capital, o que continua importando é a massa de trabalho não pago, independente do trabalhador que a proporciona, ele busca maximizar essa massa ao menor custo possível, mediante aumento da jornada e da intensificação do trabalho

---

<sup>4</sup> Exemplo emblemático da ofensiva contra a classe trabalhadora, a derrota imposta aos mineiros ingleses, em 1985, sob o governo Thatcher, que foi seguido pelos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão.

assim como mediante redução dos salários, sem respeitar o seu valor real. Dessa forma, o que era uma característica, embora não exclusiva, dos países dependentes – a superexploração da força de trabalho –, passou a fazer parte, também, dos centros avançados (MARINI, 2000b, p. 291).

As ofensivas do capital contra o trabalho e os novos mecanismos de exploração da força de trabalho se intensificaram globalmente, precisamente com a crise estrutural do capital, ante a qual os capitais passam a buscar outras formas de valorização, notadamente de cunho especulativo. A crise estrutural marca, assim, a nova etapa do sistema global do capital, sob a hegemonia do capital financeiro, contudo, vale lembrar, conforme Mészáros,

o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a *manifestação* de crises econômicas de raízes profundas do que a sua causa, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.085).

Buscando desvelar as dinâmicas específicas dessa fase da mundialização do capital, Chesnais sugere que esta contém um “regime de acumulação com dominância financeira”. O “funcionamento” desse regime, implantado nos países avançados e liderado pelos Estados Unidos e Reino Unido, “exige” uma ampla liberalização e desregulamentação, tanto da finança quanto do investimento externo direto (IED) e do comércio (CHESNAIS, 2003, p. 52), não apenas onde esse novo regime foi implantado, mas em todos os demais. Dessa forma, o capitalismo avançado, a favor do qual atuam os organismos internacionais (G-7, FMI, Banco Mundial e OMC) na construção institucional internacional, impôs, sobretudo a partir dos anos 1980, um conjunto de medidas que favorecessem a liberalização e desregulamentação da economia dos demais países, de modo que a nova arquitetura institucional internacional, comandada pelo grande capital, “tornou a ‘adesão’ dos países obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua ‘inserção internacional’ a sua mais simples expressão” (CHESNAIS, 2003, p. 52). Este autor assinala que esse “regime de acumulação financeirizado” não podia satisfazer-se somente com a liberalização financeira, uma vez que, devido à “interpenetração ainda mais estreita do que antigamente entre ‘finanças’ e ‘indústria’” (CHESNAIS, 2002, p. 39), era preciso que os grupos, “cujos lucros e dividendos pagos constituem o único fundamento tangível da cotação das ações”, tivessem total liberdade para investir e trocar (CHESNAIS, 2002, p. 39). Isto é, exigia-se a plena mobilidade dos investimentos externos diretos (IED) de maneira a assegurar e a ampliar os espaços de abastecimento, de produção e comercialização do capital (incluindo os setores antes reservados ao estado).

## Particularidade do capitalismo latino-americano

Foi nesse contexto da mundialização do capital, pelos seus influxos e sob pressões de toda sorte, exercidas pelos países centrais, sobretudo contra a classe trabalhadora, que se assistiu, a partir do final da década de 1980, ao processo de reinserção internacional subordinada das economias latino-americanas. No entanto, cabe frisar que, assim como a vaga neoliberal<sup>5</sup>, expressão ideológica e prática do capital superproduzido, não pode ser confundida com o processo histórico e estrutural da mundialização do capital – tendência esta intrínseca à lógica da sociabilidade burguesa – isto é, tomar esse processo meramente como uma expressão ideológica e política ou reduzi-lo à especulação financeira, o padrão de reinserção dos países latino-americanos na mundialização não pode ser explicado, como fazem alguns autores, como se fosse simplesmente uma opção acrítica/passiva das elites locais ao chamado Consenso de Washington<sup>6</sup> ou resultado das políticas ortodoxas dos anos 1990, uma vez que essa tese é insuficiente para explicar tanto os imperativos inexoráveis do capital – que chega à sua maturidade exigindo políticas que ajudem a solapar as fronteiras nacionais, a fim de dar livre curso à sua acumulação e circulação – quanto as condições objetivas e particulares com as quais esses países vão inserir-se na mundialização do capital e, portanto, determinar o padrão dessa inserção.

A decifração dessas questões exige, sem dúvida, uma análise acerca do sentido e das características próprias da formação latino-americana e da brasileira, em especial, que escape aos propósitos do presente texto, mas vale assinalar, na esteira dos clássicos do pensar a realidade brasileira e latino-americana, como Caio Prado Jr, J. Chasin, Florestan Fernandes, ainda que por diferentes angulações teórico-metodológicas, alguns aspectos dessa questão. Trata-se de países que, tomados em sua generalidade – abstraídas as suas diferenças –, são, segundo Chasin, particularidades de objetivação hipertardia do capitalismo, pela *via colonial* (CHASIN, 2000). Isto é, são formações sociais economicamente incompletas, incompletáveis, *et pour cause* subordinadas e politicamente autocráticas, que, precisamente por isso, têm dificuldades de olhar para si mesmas e desentranhar de suas realidades caminhos alternativos de ruptura com a disjuntiva estrutural entre entificação nacional e progresso

---

<sup>5</sup> Sobre a trajetória do movimento ideológico neoliberal, sua produção, enraizamento nas universidades e institutos de pesquisas, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, e sua difusão para o resto do mundo, ver Gros (2017).

<sup>6</sup> Expressão que adveio de documento escrito por John Williamson, em 1990, no qual sintetiza um conjunto de dez políticas orientadas pelos grandes credores internacionais de Washington (FMI e o Banco Mundial), que deveriam ser aplicadas pelos países latino-americanos, entre elas, políticas fiscais mais rígidas, privatização do patrimônio público e liberalização e desregulamentação dos mercados.

social; daí que tenham sobrevivido sob os influxos e refluxos do capital metropolitano.

Num rápido volteio em sua história – ao menos na situação em que se encontravam, especialmente na segunda metade da década de 1980, antes, portanto, da avalanche neoliberal –, observa-se que incidiam sobre esses países todas as crises externas latentes naquele momento: a crise estrutural do capital e a crise dos países pós-capitalistas, drasticamente identificados com fracasso do socialismo, cujas implicações teóricas e práticas sequer podem ser aludidas no presente texto<sup>7</sup>. Internamente exibiam altas taxas de inflação; privatização do estado – leia-se instrumentalização do poder político pelo capital privado; superexploração da força de trabalho (pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor); em suma, manifestavam a incapacidade tanto do setor privado quanto do setor público de efetivar um processo de acumulação autossustentado e em conformidade com as necessidades do conjunto da nação.

É igualmente importante lembrar o momento imediatamente anterior, no qual quase todos os países, do México à Argentina, transitaram de ditaduras intermitentes – cujo saldo foi precisamente liquidar de vez com o que restava da capacidade de autoafirmação nacional, se é que um dia esta existiu – para a erroneamente chamada democracia sem resolver os seus problemas de fundo: a superexploração da força de trabalho, na qual sempre se assentou o capitalismo da região (MARINI, 2000a) e a incapacidade de suas frações burguesas de empreender um processo de desenvolvimento que integrasse o conjunto das categorias sociais. Isto é, mantiveram os pilares da autocracia burguesa (FERNANDES, 1986) e, portanto, as mesmas contradições que desembocaram nas ditaduras. Foi, assim, sob essas condições e contradições internas e sob aqueles influxos externos que os países da região foram forçados, ao final dos anos 1980, a se inserirem na mundialização do capital ou foram, por essa, simplesmente engolfados, como é o caso de suas economias mais frágeis. Mas, abstraídas as diferenças e as condições mais ou menos desfavoráveis de cada um, todos os países da região compuseram o quadro de inserção internacional subordinada.

### **O caso brasileiro**

A inserção do Brasil na mundialização, a partir de 1990, longe de inflectir uma suposta trajetória bem-sucedida de industrialização, ocorreu

---

<sup>7</sup> Sobre a particularidade das formações sociais pós-capitalistas, ver Chasin (1987) e Mészáros (2002).

sem ruptura com os seus traços constitutivos e encerrou o longo percurso de formação do capitalismo brasileiro, iniciado em 1930. Todo esse período (1930-90) não foi, de modo algum, monolítico, mas marcado por continuidades e descontinuidades, reais e ideais, assim como por inflexões nesses mesmos planos, elementos esses que invalidam noções como, “era varguista”, “período desenvolvimentista” e “modelo de substituição de importações”<sup>8</sup>. Esse desenvolvimento capitalista foi constituído por uma burguesia que não pôde e nunca pretendeu ser revolucionária, que abriu mão de suas tarefas de classe – a completude/autonomia do seu capital e a formação de um estado democrático. Conformando-se com sua subalternidade externa, a burguesia brasileira transferiu para o estado as tarefas de implantação do capitalismo industrial (que as realizou, às vezes, contra os interesses imediatos dessa mesma classe, embora em acordo com seus interesses históricos<sup>9</sup>) enquanto rechaçou – e continua rechaçando – qualquer ameaça real ou potencial de participação das categorias do trabalho<sup>10</sup>.

Vale assinalar que, em 1989, com a vitória de Collor nas eleições presidenciais – única opção da burguesia brasileira, amedrontada com as candidaturas de Leonel Brizola e Lula da Silva –, encerram-se simultaneamente dois processos no país.

Primeiro, a longa fase de transição *pelo alto*, que se concluiu sob a égide dos agentes determinantes do capital atrofado/subordinado que haviam perpetrado o golpe de 1964 e desencadeado a transição *pelo alto*, em 1974, precisamente para impedir a sua inflexão, tal que a ascensão de Collor, brandindo uma retórica neoliberal, significou a vitória do espírito de 64 (vitória da internacionalização subordinada).

Quanto ao desfecho do segundo processo, é preciso lembrar que, em 1989, com o recrudescimento da crise econômica, que eclodira com o fim do chamado milagre brasileiro (1968-73), com a crise da dívida externa e, com efeito, com a crise do estado, a “porta” para uma nova fase de acumulação para as frações burguesas no Brasil só poderia ser aberta pelo capital estrangeiro. Ou seja, a burguesia brasileira, que sempre optou pela parceria na condição de vassala com o grande capital externo, apenas

<sup>8</sup> Por exemplo, a inflexão no padrão de acumulação do capital, a partir do governo Juscelino Kubitschek, a respeito, ver Oliveira (1977).

<sup>9</sup> Entre outros exemplos, a proposta de desenvolvimento de Vargas, conciliadora e contraditória em sua essência, sem intentar ruptura substantiva com os setores agroexportadores, pelejou por uma industrialização autônoma; os intentos do governo J. Goulart, que pretendeu incorporar as propostas de reformas de base, nascidas no seio do movimento sindical; a proposta do general Ernesto Geisel, o II Plano Nacional de desenvolvimento (II PNB), que, a despeito de ser infinitamente mais limitada, quando comparada às proposituras varguistas, foi rebatida pelo empresariado brasileiro.

<sup>10</sup> Evidentemente, não se pode perder de vista a formação e a trajetória teórica e prática das demais forças sociais do período 1930-89, como a classe trabalhadora, a esquerda brasileira e os agrupamentos políticos, cuja análise escapa ao escopo do presente texto.

conseguiu descortinar uma saída nesse momento: o aprofundamento do processo de associação subordinante, que foi entrevisto, nesse momento, com a mundialização do capital e, com isso, deixou para trás qualquer veleidade autonomista que eventualmente tivesse nutrido. Portanto, com a inserção do capitalismo brasileiro na mundialização, que, por sua vez, inviabiliza qualquer rota de desenvolvimento nacional autônomo, encerra-se, também, a longa via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-89), cujos traços essenciais, conforme sintetizou J. Chasin,

conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias (2000, p. 303).

Assim, o que está se chamando, aqui, de encerramento do processo da *via colonial* de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-89), é precisamente a consolidação da incompletude e da subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro. O desfecho deste, no bojo da mundialização do capital, implicou na obsolescência das alternativas e propostas que se colocaram *na* e *para* a realidade brasileira (1930-89), entre elas, o intento, sempre problemático, de completar a formação capitalista.

O processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello teve como elemento determinante a insatisfação do empresariado brasileiro – nacional e internacional – com o desgoverno Collor, que, além de ter levado o país ao caos, a uma política recessiva, para além das doses suportáveis pela burguesia, ameaçava com o desmantelamento da estrutura produtiva do país, algo com o qual os vários setores estatais e privados – nacionais e internacionais – não concordariam ou não suportariam naquele momento. Portanto, longe de uma conversão à ética na política, as elites brasileiras resistiram ao neoliberalismo propalado por Collor como autodefesa. As críticas de corrupção, especialmente da mídia e dos movimentos sociais, reforçaram a movimentação bem-sucedida do *impeachment* (CHASIN, 2000). Os descabros do curto mandato de Collor revelaram a natureza da aposta aventureira da burguesia brasileira e inviabilizaram, temporariamente, os intentos dessa classe em aprofundar a associação subordinada ao capitalismo internacional. Essa foi conduzida por Cardoso, que sempre acreditou que a solução para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava, necessariamente, pela internacionalização da economia (COTRIM, 2015; JUVENCIO SOBRINHO, 2003), e que, no auge da crise do governo Collor, já se

propunha a ser o *condottiere* da burguesia brasileira em sua inserção na globalização do capital (FIORI, 1997, p. 17). A globalização do capital e as necessidades e opções das frações burguesas, em 1994, foram, assim, ao encontro de convicções antigas de Cardoso, que, ao encetar a reorganização interna do país, expressão do sucesso do Plano Real<sup>11</sup> e plataforma de sua candidatura vitoriosa<sup>12</sup>, articulou uma aliança política necessária ao exercício do poder. Em 1994, ainda que o quadro nacional e internacional fosse bastante diverso do de 1989, as várias frações da burguesia articularam-se em torno da candidatura de FHC, pois essa era a alternativa finalmente encontrada, depois do esgotamento do “milagre” em 1973, para resolver os ditames da acumulação capitalista no ciclo de expansão da economia mundial.

A partir daí, assistiu-se ao que já era previsível, em 1989: a inserção internacional subordinada do país levou à modernização em determinadas áreas e setores, inserção esta necessária à sobrevivência do capitalismo brasileiro, todavia, não tendo operado qualquer tipo de reordenamento produtivo na perspectiva do trabalho, tratou-se de uma modernização sem ruptura, portanto, de um processo que aprofundou a subalternidade estrutural e as suas correlatas formas de exploração sobre a sua força de trabalho (superexploração).

Na avaliação de alguns autores, como Laplane e Sarti, as reformas neoliberais dos anos 1990 – vistas pelos seus adeptos<sup>13</sup> como “panaceia na promoção do crescimento e do desenvolvimento” – contribuíram para um padrão de investimentos da maioria das filiais estrangeiras (IED), que privilegiaram o mercado interno brasileiro e/ou regional, o setor de serviços e a aquisição de novos ativos, tanto público (privatização) quanto

<sup>11</sup> O Plano Real beneficiou-se do aprendizado das experiências anteriores de combate à inflação, especialmente do Plano Cruzado, bem como da articulação política feita por Cardoso e por sua equipe. Contudo, é importante lembrar as demais condições para o seu sucesso, entre elas, o avanço da negociação da dívida externa (1992-94) nos moldes do Plano Brady, o nível de reservas internacionais de que o país dispunha, em 1994, e, especialmente o grau de abertura da economia brasileira, à época, que impôs uma referência externa aos preços domésticos. A análise do economista Gesner Oliveira, que participou da elaboração e implementação do Plano real, vai nessa direção (OLIVEIRA, 1996, pp. 79-112).

<sup>12</sup> Ao final do governo Sarney, já começaram a ser praticadas, embora de maneira tímida, redução unilateral das barreiras tarifárias, que é aprofundada nos anos seguintes (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 9). A liberalização se acelera a partir do governo Itamar, no contexto do comprometimento do país com as regras de comércio exterior (Mercosul/Rodada Uruguai/OMC), com várias medidas, por exemplo, transformações nas contas CC5 (contas exclusivas para não residentes), que facilitaram a remessa de recursos ao exterior, securitização da dívida externa e o Plano Real, que finalmente viabilizou o país “como plataforma da valorização financeira internacional” e abriu espaço para as privatizações e a elevação da taxa real de juros (PAULANI; PATO, 2005, pp. 56-9).

<sup>13</sup> Autores como José Roberto Mendonça de Barros, Lídia Goldenstein, Gustavo Franco, Fábio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira, entre outros.

privados, e raros foram os setores nos quais os IED ampliaram significativamente a capacidade instalada<sup>14</sup> e almejaram o mercado externo para o escoamento de sua produção<sup>15</sup>. As reformas neoliberais teriam induzido, entre as empresas industriais, uma prática defensiva, isto é, “de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico” (LAPLANE; SARTI, 2006, p. 314). Como resultado, segundo esses autores, o período 1995-2002 foi marcado por baixos índices da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>16</sup> e por uma reestruturação produtiva que aprofundou a especialização em bens menos intensivos em tecnologia - que tem sido denominada por vários autores como “especialização regressiva” (COUTINHO, 1997) – fatos esses que contribuíram para a redução do peso da indústria no PIB brasileiro e que obstaram a ampliação e a diversificação da participação do país no comércio mundial.

De fato, no bojo da ampla desregulamentação e liberalização do mercado brasileiro, em todos os seus âmbitos, as filiais estrangeiras atuaram, aqui, conforme as estratégias globais das grandes corporações, que já vinham aplicando mundo afora procedimentos para maximizar os seus lucros (*just in time*, terceirização) e definiam as linhas de produtos, a proporção e a origem do seu conteúdo importado, assim como os mercados prioritários para escoamento de sua produção. Com efeito, passaram a se integrar mais estreitamente às redes de produção e de fornecedores mundiais, importando desses os bens, os insumos e os componentes sofisticados que completavam ou que eram necessários à sua produção. Sob esse movimento, generalizaram a terceirização, abandonaram linhas de produtos que não mais correspondiam às estratégias globais de investimentos, concentraram-se na adaptação de produtos e na especialização de linhas e produtos menos complexos e adotaram novas técnicas de organização e gestão da produção e do trabalho (produção enxuta)<sup>17</sup>. O capital externo ampliou a sua participação nos segmentos mais rentáveis da economia (*commodities*, serviços, comercialização) e assumiu o controle sobre o capital produtivo do país (IPEA, 2010, pp. 209-10), incluindo os de bens de capital<sup>18</sup>. Exceto a aeronáutica, que teve uma expansão bem acima da média observada no segmento de alta tecnologia, mas que não se constituiu como o principal

<sup>14</sup> Apenas nos ramos automotivo, aeronáutico, equipamentos elétricos e de telecomunicações e nos segmentos de siderurgia houve, por parte dos IED, ampliação significativa da capacidade instalada (CARNEIRO, 2007, p. 52).

<sup>15</sup> Exceto os setores produtivos de *commodities*.

<sup>16</sup> Entre 1995 e 2002, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,32%, com altas taxas de desemprego, que atingiu 12%, em 2002.

<sup>17</sup> Essas características dos investimentos e das estratégias dos IED no Brasil são atestadas pelas pesquisas desenvolvidas por Laplane; Sarti; Hiratuka; Sabbatini (2001).

<sup>18</sup> Com exceção do segmento máquinas-ferramenta (ALEM; PESSOA, 2005, pp. 78-9).

eixo da indústria brasileira ou como uma área cujo dinamismo reverberasse sobre o conjunto da mesma, os setores remanescentes de bens de capital (que sofreram uma queda substantiva) reduziram linhas de produtos, passaram a se especializar em bens com menor conteúdo tecnológico e a introduzir novas técnicas de organização e gestão (PICCINI; PUGA, 2001; CAFÉ *et al.*, 2004). A especialização desse setor foi, em geral, acompanhada pelos demais setores produtivos tanto nacionais quanto estrangeiros, de forma que, a ampla reestruturação produtiva dos anos 1990 caracterizou-se pelo abandono de atividades mais intensivas em inovação, pela ampliação das importações, tanto de equipamentos quanto de partes e componentes – para abastecerem a produção local e a montagem de bens duráveis – e pela prioridade a setores intensivos em recursos básicos, cuja capacidade de gerar encadeamentos produtivos para o restante da indústria é menor. Tal processo garantiu ganhos de modernização e de competitividade setoriais, mas implicou, entre outros, a redução da importância da indústria, o enfraquecimento dos elos da cadeia produtiva, os níveis tecnológicos, o grau de complexidade e a integração da estrutura produtiva local, que se tornou mais dependente das importações<sup>19</sup> de bens necessários à produção ou à montagem de bens de consumo (RESENDE; ANDERSON, 1999).

Esse novo perfil da economia brasileira, suas novas bases e articulações locais e internacionais, são, no entanto, expressão tanto do próprio processo de mundialização produtiva – nova orquestração das atividades produtivas e de comércio distribuídas globalmente – quanto resultado das condições objetivas com as quais o país se inseriu na mundialização do capital (JUVENCIO SOBRINHO, 2012).

Como chamou a atenção Marini (2000b), as transformações do capitalismo engendram, como sempre, contradições ainda mais agudas na economia dependente/subordinada. A globalização do capital ocorre sob uma nova revolução tecnológica. A superioridade e o monopólio dos países centrais, em termos de pesquisa e desenvolvimento, e o seu controle sobre a descentralização da produção, incidem, evidentemente, na divisão internacional do trabalho. De forma que as economias periféricas – que não reúnem condições para fazer frente ao acelerado desenvolvimento tecnológico de ponta –, estariam ameaçadas por um processo de desindustrialização e/ou voltariam à condição de produtoras e exportadoras de bens primários.

Sem adentrar, aqui, nas particularidades do capitalismo asiático (China, Coreia do Sul, Taiwan), particularidades estas que, em geral, não são levadas em conta por autores (COUTINHO; HIRATUKA; SABBATINI, 2003; ARBIX; COMIN; ZILBOVICIUS, ABRAMOVAY, 2002) que

---

<sup>19</sup> Cresceu, sobretudo, a dependência por produtos intermediários e bens de capital.

consideram que o Brasil deveria se guiar pelos exemplos de casos “bem sucedidos” de inserção internacional – sem esclarecerem quais são as bases sociais reais do estado brasileiro e/ou quais seriam as forças sociais necessárias para inflectirem a inserção internacional do país, convém assinalar que o movimento de descentralização da produção, embora tenha facultado a transferência de tecnologias e mesmo de algumas atividades de inovação, ocorreu sob o controle dos países centrais. Assim, enquanto a estrutura produtiva desses países incorporou cada vez mais os chamados serviços agregadores de valor e se especializou na elaboração de projetos e desenvolvimento de inovações tecnológicas, os demais países especializaram-se em atividades produtoras dos chamados bens tangíveis, uns com maior participação na produção de bens intensivos em tecnologia – como foi o caso da economia chinesa, cujas exportações são majoritariamente de maquinaria e de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, destinadas tanto aos países centrais quanto, cada vez mais, à região latino-americana –, outros com maior participação na produção de bens intensivos em recursos naturais e com baixa e média intensidade tecnológica, como ocorreu, por exemplo, com a América Latina, que, por sua vez, atende, por exemplo, às necessidades crescentes de insumos e mercados tanto dos países centrais quanto de outras economias em expansão. De forma que, a nova divisão internacional do trabalho expressa a especialização produtiva de cada país e/ou região, de acordo com as condições objetivas destes, e, assim, articula e perfaz o processo de mundialização produtiva e, pois, o movimento desigual e combinado do desenvolvimento do capital.

Foi esse movimento de mundialização produtiva que reespecializou a estrutura produtiva do Brasil – aumentando o peso que já existia, importante ressaltar, da produção de *commodities* agrícolas e industriais e de bens menos intensivos em tecnologia – e a rearticulou com as cadeias de valores globais (CHESNAIS, 1996). Portanto, os novos fluxos de IED<sup>20</sup> e de capital financeiro afluíram para cá já comprometidos, evidentemente, com os interesses do capital subordinante, que miraram, sobretudo, a alta rentabilidade do mercado interno brasileiro e foram infensos (como

---

<sup>20</sup> Embora mantendo a sua concentração nos países da tríade, os IED dirigiram-se, de forma expressiva, para as chamadas economias emergentes. Os fluxos de IED cresceram no Brasil a partir de 1991, mas o maior volume recebido refere-se ao período pós-Plano Real (FILGUEIRAS, 2006, p. 248). Entre 1995 e 2002, entraram no país cerca de 170 bilhões de dólares em IED, conforme relatório das contas externas do Banco Central do Brasil, <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%208-contas%20externas.pdf>>. Somente em 2010, pela primeira vez na história, “as economias em desenvolvimento e em transição receberam mais da metade do fluxo mundial de investimento estrangeiro direto (IED)”, conforme relatório divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) (cf. <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/55525\\_emergentes+recebem+pela+1+vez+mais+da+metade+de+ied](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/55525_emergentes+recebem+pela+1+vez+mais+da+metade+de+ied)>).

sempre) à criação de um núcleo endógeno de geração de tecnologia para o capitalismo brasileiro. Este foi compelido a se integrar à mundialização do capital, porém, em virtude de sua incompletude, atrofia e subordinação, continua incapacitado de fazer frente à corrida tecnológica. Como consequência, só pode produzir num padrão inferior a seus congêneres avançados e se especializar naquilo em que as suas forças e potência lhe permitem e as relações de subordinação externas exigem: em *commodities* naturais e industriais (exportáveis) e em alguns segmentos específicos de maior conteúdo tecnológico (restritos, face ao conjunto). Em todos os casos, são bens não voltados para as necessidades de consumo da maioria da população e/ou não reduzem o valor da força de trabalho, de forma que foi aprofundada uma estrutura produtiva assentada na superexploração da força de trabalho – que requer o mercado externo para a realização do valor produzido (exportações) e para obtenção dos bens necessários para viabilizar a produção interna (importação). Conforme Martins, embora as inovações organizacionais, como o *Just in time* e a terceirização, tenham elevado a intensidade do trabalho, elas não foram suficientes para acompanhar a sucção de valor feita pelo setor financeiro, de modo que se impôs, sobretudo a partir da crise no balanço de pagamentos do país e das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final da década de 1990<sup>21</sup>, a superexploração da força de trabalho, especialmente por meio do rebaixamento salarial (MARTINS, 2011, pp. 304-5), viabilizada pelo aumento do excedente de mão de obra decorrente da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, a reespecialização da indústria brasileira não foi simplesmente induzida pelas políticas ortodoxas dos governos da década de 1990, como sugerem alguns autores, mas, antes, exigida por aquele movimento irreversível e inescapável da mundialização do capital, que não encontrou, aqui, nenhuma resistência, dadas as condições ditadas pela natureza incompleta e subordinada do capitalismo brasileiro. De modo que esse padrão de inserção internacional do país foi condizente com o parasitismo/imediatismo que sempre caracterizou a burguesia brasileira, que há muito optou pela associação subordinada com o capital externo e que, a partir dos anos 1990 apoiou, a despeito de suas clivagens internas, as chamadas políticas ortodoxas que favoreceram o tão esperado capital externo. Daí porque, a nosso ver, o caráter da inserção internacional

---

<sup>21</sup> Entre outras, regime de metas de inflação; política fiscal mais rígida (a lei de responsabilidade fiscal) para obtenção de superávit primários e taxas de juros ainda mais elevadas. Vale observar que a Desvinculação de Receitas da União (DRU), criada em 2000, que institucionaliza a exclusão social, desvinculando 20% do montante total das receitas arrecadadas das despesas determinadas pela constituição (como educação, saúde e previdência social), sobretudo para garantir o pagamento dos credores financeiros, é apenas outro nome do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994, e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aprovado em 1996.

subordinada do país não se expressa pelas baixas taxas de crescimento, reais, dos anos 1990 e/ou pela “especialização regressiva” ante o período anterior do país (1930-90), mas pelo prevalecimento, em outro patamar, da subalternidade estrutural deste, que segue sustentada pela superexploração da força de trabalho – pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor – enquanto mecanismo de compensação da transferência, cada vez maior, de valores do país para o exterior e de esteio ao capital local para enfrentar a concorrência internacional (OSORIO, 2012, pp. 104-5).

Na avaliação de Oliveira, o novo engate da economia brasileira na mundialização, levado a cabo pelo governo Cardoso e não inflectido pelos governos seguintes, conduziu ao aprofundamento da penetração do capital estrangeiro nos principais eixos da acumulação interna e ao processo de extroversão dos centros de decisão do país, processo este que remonta especialmente à ditadura militar, atravessa a crise da dívida dos anos oitenta e se aprofunda a partir dos anos 1990 num movimento, portanto, que deslocou “o campo de forças no interior da própria burguesia” e transformou o estado em “uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2006, p. 278). De sorte que a chamada fase neoliberal teria jogado “a pá de cal na determinação interna da política, para extrovertê-la definitivamente. (...) Numa palavra, (...) a financeirização da economia predetermina a acumulação possível e o lugar do estado na economia” (OLIVEIRA, 2006, p. 286). Afora considerações que, a nosso ver, requerem a concepção de Oliveira acerca da determinação da política e mesmo sobre a globalização que é tomada, sobretudo, como “sistema financeiro” (OLIVEIRA, 2004), vale assinalar que este autor reconhece a ruptura do tradicional tripé - empresas estatais/nacionais/multinacionais – que sustentara o capitalismo brasileiro (1930-90). Também procura decifrar as implicações que esta ruptura acarreta, ao concluir que o novo engate internacional estiola de vez a capacidade interna do país em conduzir o desenvolvimento, já que os centros decisórios foram totalmente extrovertidos, o que significa, para Oliveira, que fica “mais complicada a equação da dependência e de sua resolução” (OLIVEIRA, 2004).

Para nós, entretanto, a questão da “equação” e da “resolução” da “dependência” é um ponto que pertence, há muito, ao passado, dado o caráter incompletável/subordinado do capitalismo brasileiro, que se consolida, sob essa forma, com a sua inserção na mundialização do capital, que inviabiliza definitivamente qualquer equação nacional autônoma. A ruptura do tripé não implicou a supressão completa das frações burguesas locais, tampouco a eliminação do estado, mas foram, sim, alteradas as bases que sustentaram a formação e o desenvolvimento do capitalismo

brasileiro (1930-90), removendo e reconfigurando dois dos três pilares anteriores (empresas estatais/nacionais) em cujo rastro se consolidou a hegemonia do capital internacional<sup>22</sup>. Vale observar que a extroversão definitiva dos centros decisórios do país expressa a consolidação da subordinação de um capital que jamais se completou, portanto, jamais internacionalizou completamente os centros decisórios de sua acumulação e reprodução (MARINI, 1979, pp. 37-55). Logo, o estado brasileiro está subordinado aos fluxos e aos interesses do capital monopólico internacional – independentemente da forma hegemônica pela qual este se manifeste (industrial/financeira) - ao qual permanecem estruturalmente atadas e subordinadas as frações remanescentes da chamada “burguesia nacional”.

Não se pode perder de vista, sem dúvida, a outra ponta da inserção internacional do Brasil, isto é, a liberalização do seu sistema financeiro, que implicou a descompressão de todos os espaços para o livre circuito do capital e, portanto, internalizou mais diretamente as oscilações e os interesses do mercado internacional (FILGUEIRAS, 2006). Os fluxos de IED e capitais financeiros e/ou voláteis (mormente em títulos da dívida pública e em ações nas bolsas de valores – cujas altas taxas de juros atraíram, também, os grupos industriais) ajudaram a financiar a conta negativa das transações correntes do país, porém, produziram novos gastos futuros (pagamento do serviço do passivo externo<sup>23</sup>) e, portanto, aumentaram a dependência de fluxos de capital externo para fechar as contas do país (CARCANHOLO, 2010, pp. 111-9). Esse mecanismo de financiamento externo acabou se estrangulando com a eclosão das crises externas (asiática, em 1997, e russa, em 1998), as quais provocaram grandes evasões de reservas internacionais, e levou o país a fechar acordo com o FMI, ao final de 1998, e a desvalorizar o real, em princípio de 1999. Todavia, a desvalorização do real e a retomada do tradicional “esforço” exportador<sup>24</sup> ocorreram já num contexto de retração da economia mundial e de recessão na maioria dos países da América Latina, portanto não resultaram numa ampliação significativa das exportações. Somente no período subsequente, marcado pelo *boom* das *commodities*, assim como por novos fluxos de investimentos externos, que as exportações brasileiras

<sup>22</sup> Assistiu-se a um movimento de concentração e centralização do capital ainda maior, sob a hegemonia do capital internacional: o estado reduziu drasticamente as suas atividades produtivas; uma parcela do capital nacional foi transferida para o capital internacional, outra empreendeu, com este, nova fase de associação subordinada, enquanto outras parcelas se limitaram a empreender negócios em áreas direta ou indiretamente vinculadas à importação.

<sup>23</sup> Passivo externo “se define pelo estoque da dívida externa bruta adicionado do estoque do investimento externo no país (direto ou portfólio) descontando dos ativos externos que o país possui” (CARCANHOLO, 2010, p. 111).

<sup>24</sup> Em 2001, quando da posse do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sergio Amaral (2001-3), o governo passou a preconizar: “exportar ou morrer”.

voltam a crescer. Contudo, sem adentrar, aqui, nas especificidades e vicissitudes do período (2003-15), vale assinalar que este, contrariando as expectativas de uma fase pós-neoliberal – nutridas, por exemplo, por SADER (2013) –, não apenas manteve os pilares da política econômica anterior como aprofundou a liberalização da economia (CARNEIRO, 2006; MAGALHÃES *et al.*, 2010). Ou seja, não apenas foram mantidas as diretrizes estabelecidas pelo capital financeiro internacional, na ocasião da crise cambial do final dos noventa, isto é, o regime de metas inflacionárias, a política de superávits fiscais primários, que consiste em garantir o pagamento das obrigações decorrentes da dívida, interna e externa, como foi, também, aprofundada a liberalização do mercado brasileiro<sup>25</sup> (PAULANI; PATO, 2005). De todo modo, beneficiada por um novo ciclo de expansão da economia mundial, que entra em reversão a partir de 2008, a economia brasileira experimentou taxas mais elevadas de crescimento, ao menos até 2010, puxadas por novos fluxos de investimentos externos e, especialmente, pela ampliação da demanda e majoração dos preços das *commodities*.

Sob novas condições financeiras, oriundas do crescimento do produto interno bruto, dos sucessivos superávits na balança comercial e do aumento das reservas internacionais, o estado brasileiro ampliou o seu apoio aos investimentos produtivos e procurou implementar algumas políticas industriais, preconizando a inovação científica e tecnológica<sup>26</sup>. No entanto, o apoio do estado reforçou a posição dos grupos monopólicos vinculados à produção de *commodities* exportáveis, assim como daqueles vinculados aos bens de consumo duráveis, voltados, sobretudo, para o mercado interno restrito e/ou regional.

Trata-se de uma política de subvenção, que, em essência, não difere da perpetrada historicamente pelo estado brasileiro, que, dada a incompletude de sua burguesia, assumiu as tarefas de implantação do capitalismo brasileiro e que, a partir do golpe militar, atuou a favor dos grupos monopólicos nacionais e internacionais. Desta feita (2003-15), sob o argumento da necessidade de projetar empresas com potencialidade nacional e global (“campeãs nacionais”) e/ou de consolidar a posição local

---

<sup>25</sup> Por exemplo, a reforma da previdência (setor público); a unificação dos mercados de câmbio (4/3/2005), que, entre outros, elimina a obrigatoriedade de retorno dos recursos associados à venda no exterior; a extinção das contas de não-residentes (CC5), em 2005; incentivos fiscais aos investidores estrangeiros de portfólio (15/2/2006); a flexibilização da cobertura cambial para as exportações (MP 315/2006); a eliminação de 100% da cobertura cambial (Resolução n. 3.548, 12/03/2008) para as exportações, que permite que a totalidade das receitas obtidas pelo exportador possa ser mantida no exterior e a prorrogação da desvinculação dos recursos da União (DRU), que, com a PEC 87/2015, apresentada pelo governo Dilma e aprovada pelo governo seguinte, aumenta de 20% para 30% a desvinculação dos recursos.

<sup>26</sup> O governo Lula apresenta, em 2004, a Política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE) (ALMEIDA, 2009).

e internacional de setores que têm vantagem comparativa – carne, mineração, petróleo, papel, entre outros – (ALMEIDA; OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014), o estado foi, novamente, seletivo na distribuição dos recursos do BNDES e dos fundos públicos, cuja maioria foi abocanhada por grandes grupos empresariais (ex. JBS/Friboi).

O mesmo ocorreu com a sua política de infraestrutura (PAC), lançada em 2007, que beneficiou, em grande parte, aqueles setores (CASTILHOS, 2014, p. 236). Essa política de subvenções alavancou a internacionalização dos grandes grupos nacionais (COUTINHO, 2008) e, com a crise de 2008, favoreceu processos de fusões e aquisições de grandes grupos brasileiros (TAUTZ *et al.*, 2010). A ampliação das exportações, especialmente do agronegócio e das *commodities*, reverberou sobre outros setores produtivos, que impulsionaram o crescimento do emprego e, pois, da massa salarial, todavia esse mesmo processo de expansão da economia e do mercado interno foi acompanhado, como não poderia deixar de ser, pelo aumento das importações, tanto de bens de consumo quanto de bens intermediários e de capital necessários à produção, notadamente intensivos em média e alta tecnologia. Ao mesmo tempo, as condições econômicas internacionais fomentaram amplos fluxos de capitais externos no país<sup>27</sup>, cujos conglomerados ampliaram a sua participação e controle sobre a estrutura produtiva e de serviços no país, de modo que, mantidos os mecanismos de transferência de valores para o exterior e de transferência de renda do conjunto da população para o setor financeiro, houve, também, durante o período em tela, aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior<sup>28</sup>.

Dessa forma, o estado brasileiro manteve os pilares da hegemonia do capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), ampliou os mecanismos de subvenção ao capital monopólico e facilitou o quanto possível a sua expansão no exterior, práticas estas que reforçaram os setores produtivos de *commodities* agrícolas e minerais, de maneira que o país se manteve na divisão internacional do trabalho como produtor de bens menos intensivos em tecnologia. Os gestores do estado (2003-15) não divisaram nenhum passo no sentido de favorecer o desenvolvimento e a expansão dos setores mais diretamente vinculados à produção de bens responsáveis pelo valor da força de trabalho, que continua não participando, a não ser de forma marginal, da realização da produção interna. Assim, dada a prevalência da estrutura produtiva existente, concentradora e excludente, as políticas sociais do período 2003-15, a despeito de sua abrangência e importância para as vastas camadas

---

<sup>27</sup> Na modalidade IED, observou-se uma concentração na produção de *commodities* e bens e serviços finais voltados para o mercado interno (SILVA FILHO, 2015).

<sup>28</sup> Houve, entre 2006 e 2013, um aumento de 107% da remessa de lucros e dividendos para o exterior das empresas estrangeiras instaladas no país (DIEESE, 2014).

excluídas da população, foram essencialmente distributivistas, não fizeram frente, portanto, aos pilares e mecanismos da superexploração da força de trabalho. Desse modo, não parece que as frações burguesas no Brasil tenham sido contraditadas, como supunham ou esperavam os vastos setores que apoiaram o novo governo, que, por não dispor de um projeto próprio ou alternativo ao que existia, mesmo que de escopo defensivo, e norteado pela concepção politicista/distributivista, que sempre marcou o seu principal partido – Partido dos Trabalhadores –, deu continuidade à política condizente com os interesses do conjunto daquelas frações e, enquanto as condições externas lhe foram favoráveis, pôde tanto satisfazer os interesses imediatos dessas frações quanto expandir as políticas sociais distributivistas.

### **Considerações finais**

Algumas análises do período (2003-15) enfatizam um novo “desenvolvimentismo” (SINGER, 2015). Ora, dado o caráter incompletável/subordinado do capitalismo brasileiro e as implicações de sua inserção na mundialização do capital, a partir dos anos 1990, e, mais especialmente, dada a fase de expansão do período recente – determinada primordialmente pela fase de expansão da economia mundial –, que não alterou a posição do país na divisão internacional do trabalho tampouco a superexploração da força de trabalho, que continua viabilizando os processos de acumulação do capital, de qual, então, “desenvolvimento” estamos falando e para quem ele se destina? Não é fortuito lembrar que, décadas atrás, Marini (2000a, p. 137), ao analisar a industrialização brasileira, especialmente a partir dos anos 1950, já chamara a atenção para o fato de que a aceleração do desenvolvimento capitalista não bastaria para resolver os problemas econômicos e sociais do país, como supunham os “desenvolvimentistas”, que, aliás, ignoram a tese marxiana acerca da relação estrutural existente entre produção e distribuição e a determinação da primeira sobre a segunda, já que o conteúdo e o destino da produção dependem da forma pela qual se organiza a distribuição dos meios de produção e dos indivíduos que a realizam.

Trata-se, em verdade, de um “desenvolvimento” ou mais precisamente da expansão de um capital incompleto/incompletável/subordinado, que tem sobrevivido sob os influxos do capital metropolitano. Não por outra razão, a partir da crise de 2008<sup>29</sup>, voltaram à tona os mesmos problemas que o país enfrentara, ao final da década de 1990, em suas contas externas, assim como as pressões tanto por uma nova rodada de liberalização quanto por ajustes fiscais e

---

<sup>29</sup> Essa crise impôs, com força, os seus percalços à economia brasileira a partir de 2014.

reformas trabalhista/previdenciária cuja essência consiste em transferir para a classe trabalhadora o ônus da crise e/ou converter parte do seu salário em fundo de acumulação do capital.

Em suma, a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro chegou a seu pleno acabamento, com a inserção subordinada do país na mundialização do capital, demandando ajustes e reciclagem - a ampla reestruturação em todo o seu aparato produtivo, comercial e financeiro - para sua própria sobrevivência e continuidade de sua inserção internacional, de acordo com os novos parâmetros de produção e circulação de mercadorias da mundialização do capital. A “modernização” e a robustez alcançadas expressaram o aprofundamento da incompletude e subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro e a manutenção dos seus pilares nevrálgicos - os dispositivos autocráticos do estado e a superexploração da força de trabalho, que ainda não se defrontaram com forças sociais capazes de superá-los. O reconhecimento do caráter irrevogável da mundialização do capital e da posição subalterna que o capitalismo brasileiro ocupa na estrutura global do capital é, a nosso ver, o parâmetro para se descortinar os desafios e as possibilidades reais na perspectiva do trabalho – daí, propor, na atualidade, transformações de cunho nacionalista, é não atentar para a nova lógica da realidade, como arrematou Chasin, em 1999: “é ser de esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível” (CHASIN, 1999, p. 52).

### **Referências bibliográficas**

- ALEM, Ana Claudia; PESSOA, Ronaldo Martins. O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico: quais são os desafios? *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 22, pp. 71-88, set. 2005.
- ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. *Textos para discussão* n. 1.452. Brasília, Ipea, dez. 2009.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Renato Lima; SCHNEIDER, Bens Ross. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: GOMIDE, Alexandre de Avila; PIRES, Roberto (Ed.). *Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- ARBIX, Glauco; COMIN, Alvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. Introdução. São Paulo: Unesp, 2002.

- CAFÉ, Sonia Lebre *et al.* Notas preliminares sobre o desempenho competitivo da indústria de bens de capital brasileira no período recente. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 20, 2004.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CARNEIRO, Ricardo (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Unesp, 2006.
- \_\_\_\_\_. Globalização produtiva e estratégias empresariais. *Texto para Discussão* n. 132. Campinas: IE/Unicamp, ago. 2007.
- CASTILHOS, Clarisse Chiappini. Notas sobre a destruição ambiental acelerada no Brasil e a financeirização mundializada do capital. In: CASSIOLATO, Eduardo *et al.* (Orgs.). *Desenvolvimento e mundialização: o Brasil e o pensamento de François Chesnais*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.
- CHASIN, J. Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão. In: *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- \_\_\_\_\_. Ad hominem - Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad hominem* t. I. Santo André: Ad Hominem, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira, 1964-1994*. Do golpe militar à crise social. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, jan./jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François *et al.* *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx/Xamã, 2003.
- COTRIM, Ivan. *Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politicização*. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.
- COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: REIS VELLOSO, João Paulo dos. *Desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- \_\_\_\_\_; HIRATUKA, Celio; SABBATINI, Rodrigo. *Desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. O investimento direto no exterior como alavanca dinamizadora da economia brasileira. In: GIAMBIAGI, Fábio (Org.) *O Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Remessas de lucros e dividendos: setores e a dinâmica econômica brasileira. *Nota técnica* n. 137, jun. 2014.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do plano real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GROS, Denise B. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 2 (2008). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2188/2580>>, acessado em: 5 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA Econômica Aplicada. *Inserção Internacional brasileira: temas de economia internacional*. l. 3 v. 2. Brasília, Ipea, 2010.

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização (1972-92)*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. *A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002)*. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. O mecanismo da superexploração da força de trabalho e crise estrutural do capital. *Rebela*. Florianópolis, UFSC, v. 7, n. 3, set./dez. 2017.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_; SARTI, Fernando; HIRATUKA, Celio; SABBATINI, Rodrigo. La inversión extranjera directa en el Mercosur: el caso brasileño. In: CHUDNOVSKY, Daniel (Org.). *El boom de inversión extranjera directa en el Mercosur*. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2001.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula; contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: *Mercado y dependencia*. In: Úrsula Oswald (Coord.). México: Nueva Imagen, 1979, pp. 37-55. Disponível em <<http://www.marini->

escritos.unam.mx/058\_ciclo\_capital\_dependiente.html>, acessado em: 13 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. Processo e tendências da globalização capitalista (1996). In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. Há veias abertas para a América Latina? In: BORON, Atílio A. (Org.). *Nova hegemonia mundial? Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

\_\_\_\_\_. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarin, 1996.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda M.; PATO, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: ANTONIO DE PAULA, João (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PICCINI, Maurício Serrão; PUGA, Fernando Pimentel. Balança comercial brasileira: desempenho no período 1997/2000. *Textos para Discussão n. 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

PINHEIRO, Armando C., GIAMBLAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício M. O *Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?* Texto para discussão n. 91. Rio de Janeiro, BNDES, nov. 2001.

RESENDE, Marco Flávio C; ANDERSON, Patrícia. Mudanças estruturais na indústria brasileira de bens de capital. *Texto para discussão n. 658*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: a construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA FILHO, Edson Benedito. Trajetória recente do investimento direto e em carteira no Brasil. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, n. 19, jan./abr. 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, ed. 105, São Paulo, Cebrap, jul. 2015.

TAUTZ, Carlos *et al.* BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Como citar:

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 40-63, nov. 2019.

Data do envio: 9 jan. 2019

Data do Aceite: 16 maio 2019